



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10983.001611/95-10
Recurso nº. : 12.636
Matéria : IRPF - Ex: 1994
Recorrente : JOÃO BATISTA MEDEIROS DE FARIAS
Recorrida : DRJ em FLORIANÓPOLIS - SC
Sessão de : 20 de fevereiro de 1998
Acórdão nº. : 104-16.022

IRPF - BENEFÍCIOS RECEBIDOS DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - ISENÇÃO - Os benefícios recebidos de entidades de previdência privada, só serão considerados isentos do I.R., se os valores correspondentes às contribuições tenham sido ônus do participante e desde que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade tenham sido tributados na fonte.

Recurso negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por
JOÃO BATISTA MEDEIROS DE FARIAS

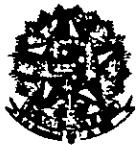
ACORDAM os membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam integrar o presente julgado.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE

JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 MAR 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10983.001611/95-10
Acórdão nº. : 104-16.022
Recurso nº. : 12.636
Recorrente : JOÃO BATISTA MEDEIROS DE FARIAS

R E L A T Ó R I O

Contra o contribuinte acima mencionado, foi emitida a notificação de lançamento de fls. 06, onde lhe é exigido o IRPF suplementar, referente ao exercício de 1994, em decorrência de glosa de rendimentos declarados como isentos e não tributáveis, referente a valores recebidos de entidade de previdência privada, consideradas como rendimentos tributáveis pela fiscalização.

Inconformado, o interessado apresentou a impugnação de fls. 01 a 05, juntando os documentos de fls. 07 a 11 e alegando em síntese o seguinte:

a) - que considerou isenta do imposto de renda um terço dos proventos de aposentadoria recebidos da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, que corresponde às sua contribuições mensalmente durante anos;

b) - que a imunidade fiscal da ELOS foi reconhecida por Mandato de Segurança;

c) - que o artigo 6º., inc. VII, letra "b" da Lei 7.713/89, determina a isenção do imposto de renda dos benefícios recebidos de entidade de previdência privada, relativamente ao valor correspondente às contribuições cujo ônus tenha sido do participante, desde que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade tenham sido tributados na fonte;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10983.001611/95-10
Acórdão nº. : 104-16.022

d) - que a ELOS não tributou na fonte os rendimentos e ganho de capital, em decorrência da imunidade, por conseguinte a segunda condicionante não se aplicaria ao caso em tela;

e) - que as parcelas pagas à ELOS não foram deduzidas como encargo, porque nova incidência de Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria recebidos caracterizaria bitributação;

f) - que de acordo com o artigo 40, inciso XXXIII, do RIR/94, as importâncias recebidas como resgate das contribuições, nos casos de retirada do associado da entidade de previdência privada, estariam isentos de imposto. Assim, a tributação de benefícios de aposentadoria caracteriza tratamento desigual entre o participante que se aposenta e o que se retira da entidade;

g) - que é incabível a aplicação da multa prevista no artigo 889, inciso III, c/c artigo 992, inciso I, do RIR/94, uma vez que o impugnante não teria apresentado declaração inexata, nem agido com culpa ou intuito de fraude nem cometido infração que a justificasse;

h) - por fim requer que se conheça da isenção pleiteada.

Em atenção ao despacho de fls. 22, foi emitida a Notificação Complementar de fls. 23, reabrindo-se o prazo ao interessado para a impugnação, tendo o contribuinte se manifestado às fls. 25, ratificando a impugnação já oferecida anteriormente.

A decisão monocrática cancela a Notificação de fls. 06 e julga parcialmente procedente o lançamento constante da Notificação de fls. 23, conforme demonstrado às fls. 32.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10983.001611/95-10
Acórdão nº. : 104-16.022

Intimada da decisão em 31.10.96, protocola o interessado em 26.02.97 o recurso de fls. 37/42, onde basicamente reitera as razões já produzidas na impugnação.

A Fazenda Nacional apresenta contra-razões às fls. 44, propugnando para que seja mantida a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10983.001611/95-10
Acórdão nº. : 104-16.022

V O T O

Conselheiro JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, Relator

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, razão pela qual, dele conheço.

Para o deslinde da questão, há que se analisar o texto do artigo 6º., inciso VII, alínea "b", da Lei nº. 7.713/88, que assim prescreve:

"art. 6º. - ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos por pessoas físicas:

.....
VII - os benefícios recebidos de entidades de previdência privada:

.....
b) - relativamente ao valor correspondente às contribuições cujos ônus tenham sido do participante desde que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade sido tributados na fonte."

Daí se colhe que, os benefícios de que trata esse dispositivo legal estão condicionado cumulativamente a dois requisitos, quais sejam: (i) que sejam constituídos pelas contribuições dos próprios participante, e (ii) que os rendimentos e ganhos de capital da entidade tenham sido tributados na fonte.

Insiste o recorrente na tese de que, tendo a ELOS sido declarada imune com relação ao seus rendimentos de capital, fica prejudicada a exigência contida na parte final da alínea "b", inciso VII, do artigo 6º da Lei nº. 7.713/88.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10983.001611/95-10
Acórdão nº. : 104-16.022

Esse argumento, contudo, não pode ser aceito na medida em que o dispositivo legal não traz qualquer ressalva e deve ser aplicado da forma como está redigido.

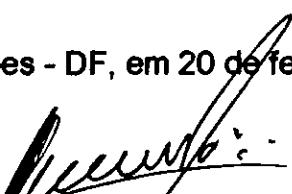
Destarte a expressão "tenham sido tributados na fonte", não contempla a hipótese do vertente caso, de sorte que, por não ter sido atendida a exigência contida na alínea "b" do inciso VII, do artigo 6º da Lei nº. 7.713/88, afastada está a possibilidade de reconhecimento da isenção pleiteada, por falta de amparo legal.

No que pertine a alegada bitributação se vislumbra a hipótese no presente caso, além do que é matéria que foge a competência da autoridade julgadora administrativa.

Com relação a aplicação da multa de ofício, também não assiste razão ao recorrente, uma vez que houve o lançamento de ofício por iniciativa da autoridade lançadora e não declaração espontânea do contribuinte.

Sob tais considerações, voto no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão recorrida.

Sala das Sessões - DF, em 20 de fevereiro de 1998


JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO